



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1151/16	DATA: 04/10/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h14min	TÉRMINO: 16h32min	PÁGINAS: 40
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções inaudíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Estava prevista para hoje a eleição dos Vice-Presidentes da CPI. Eu quero consultar o Plenário, já que o quórum está baixo, se nós poderíamos apreciar os requerimentos e deixar a eleição dos Vice-Presidentes para outra oportunidade, quando todos estiverem presentes. Evidentemente, em uma próxima convocação, nós esperamos que o número de Parlamentares seja maior e possamos, portanto, deliberar. *(Pausa.)*

Agradeço aos Deputados presentes.

Há na pauta 50 requerimentos. Nós os distribuimos de acordo com o tipo: quebra de sigilo, convocação, convites. Não obedecemos a uma ordem cronológica, mas, sim, a uma ordem de tipo.

Eu vou lê-los e propor a deliberação em grupo.

Deputado Expedito Netto, V.Exa. retirou aquele requerimento?

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Não retirei, irei fazê-lo oralmente, quando for posto em votação.

Aquele requerimento não está em pauta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele não está, porque V.Exa. cometeu um equívoco. Aquela mulher estava morta.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Já sei que ela está morta. Afinal de contas morreu com mais de cento e poucos anos de idade. Foi apenas um erro no requerimento, e eu acho que a grande maioria da mídia deu muito foco.

Esta CPI é muito importante. Nós temos muitas coisas importantes para discutir aqui, inclusive sobre o Instituto Tomie Ohtake, que recebeu, só no ano de 2015, mais de 19,7 milhões. Infelizmente, isso não foi divulgado na imprensa.

Eu acho que deveria haver mais seriedade em nosso País. Um erro em um requerimento pode acontecer em qualquer profissão e com qualquer pessoa. Às vezes, ficam focando e se apegando a coisas pequenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não o coloquei em pauta, porque V.Exa. precisa corrigir.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Mas poderia ser feito oralmente, durante a votação do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não quis trazer isso à baila para não alimentar, mais uma vez, a mídia. V.Exa. sabe como é. A minha resposta à mídia foi: nós não convocamos nenhuma defunta, porque ele não foi deliberado.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, percebe-se claramente que foi um equívoco de grafia.

Em primeiro lugar, temos que votar a ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 2ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura da referida ata, a pedido do Deputado Sóstenes Cavalcante.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Quanto aos requerimentos, vou ler a ementa para facilitar o nosso trabalho. Na verdade, são várias convocações e daqui é que nós vamos traçar a sistematização.

Item 1. Requerimento nº 3, de 2016, do Sr. Expedito Netto, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que solicita informações ao Sr. Marcelo Calero, Ministro da Cultura, sobre as atividades da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

Item 2. Requerimento nº 5, de 2016, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer ao Ministério da Cultura relação dos últimos 5 anos dos projetos autorizados para receber recursos pela Lei Rouanet.



Item 3. Requerimento nº 8, de 2016, do Sr. Izalci, que requer seja compartilhada a íntegra do inquérito policial aberto, em razão da Operação Boca Livre, pela Polícia Federal, inclusive em meio eletrônico, com esta Comissão.

Item 4. Requerimento nº 9, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja compartilhada a íntegra do procedimento investigativo aberto em razão das fraudes constatadas no âmbito da Lei Rouanet pelo Ministério Público Federal, inclusive em meio eletrônico, com esta Comissão.

Item 5. Requerimento nº 35, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais legais e regimentais, sejam requisitadas cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, dos relatórios de fiscalização e auditoria relativos às fraudes identificadas na aplicação dos recursos captados via Lei Rouanet ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Item 6. Requerimento nº 36, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam requisitadas cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, dos documentos a seguir especificados ao Ministério da Cultura.

Item 7. Requerimento nº 37, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam requisitadas cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, dos relatórios de fiscalização e auditoria, acompanhados dos respectivos acórdãos, relativos às irregularidades identificadas na aplicação dos recursos captados via Lei Rouanet ao Tribunal de Contas da União.

Esses são os requerimentos de informação.

Eu acho que seria melhor colocar já em votação esses sete requerimentos de informação, para depois continuarmos.

O Plenário concorda? *(Pausa.)*

Em votação os requerimentos dos itens 1 a 7, lidos por este Presidente.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Vicente Candido, só para atualizar V.Exa, que acabou de chegar, agora nós estamos lendo os requerimentos. Como o quórum está baixo, nós já



temos definida a questão da Vice-Presidência. Coube ao PT a 2ª Vice-Presidência; ao PR, a 3ª Vice-Presidência; e ao Democratas; a 1ª Vice-Presidência.

Faço questão de dar uma explicação: o Deputado Sóstenes Cavalcante foi o coautor do requerimento para a instalação da CPI. Por isso, ele está com a 1ª Vice-Presidência.

Faço a seguinte colocação: se os Parlamentares não concordarem com algum requerimento que está aqui, nós o destacaremos, para depois fazer outra discussão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Quero combinar procedimentos. Acho que seria bastante razoável só apreciarmos requerimentos de quem esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não há necessidade, Deputado. Nós usamos essa prática nas Comissões temáticas, mas aqui, por se tratar de uma CPI e pelo fato de o número de requerimentos ser muito grande...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Por se tratar de uma CPI, deveria ser ainda mais rígido o procedimento, porque a CPI tem poderes diferenciados dos de uma Comissão temática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Embora o Deputado Izalci não esteja presente, eu estou colocando aqui apenas aqueles requerimentos que são convites. Não há nenhum requerimento de convocação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Essa já é uma proposta de acordo de V.Exa. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso, é uma proposta. Não se trata de convocação, só de convite. Convocação será no final. Então, nós voltaremos à discussão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Continuamos.

Item 8. Requerimento nº 4, de 2016, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer sejam convidados a comparecer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr.



Gilberto Gil e o Sr. Juca Ferreira, ex-Ministros da Cultura, com vistas a colaborar com o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Conclua, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já concluí esse requerimento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu queria fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Que nós estendêssemos o convite a todos os ex-Ministros da Cultura que estejam em vida, que viveram a Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. pode apresentar esse requerimento, Deputado, sem problema.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Porque não vejo motivo para escolher esse ou aquele. Se nós estamos discutindo a Lei Rouanet, ela tem vida mais longa do que este ou aquele Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não teremos nenhum problema em acatar o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É importante que haja esse acordo entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Próximo item.

Item 9. Requerimento nº 10, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convidada a Sra. Karen Louise Kahn para prestar depoimento.

Item 10. Requerimento nº 11, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convidado o Sr. Marcelo Calero para prestar depoimento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Esse é o Ministro.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - V.Exa. também quer votar em bloco esses convites?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Como é convite, eu estava querendo votar em bloco.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Mesmo sendo convite, Sr. Presidente, em se tratando de CPI, de pessoas que vêm prestar depoimento, que vêm ser questionadas, eu recomendo que nós votemos individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu fiz uma proposta de acordo. Se não houver acordo, votaremos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu sugiro, para efeito prático apenas, que algum Deputado destaque aquele caso que ache constrangedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Foi exatamente isso que eu propus.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Se for convite, ele não é depoente. Ele apenas vem aqui colaborar, prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Jordy, eu fiz exatamente essa proposta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele não é depoente. Ele não está implicado em nenhuma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu propus ao Deputado Vicente Candido que, com o que não concordar, destaque. Daí nós separamos e discutimos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Tudo bem. As intenções, diante de alguns convites, não são bem essas colocadas pelo Deputado Arnaldo Jordy. É por isso que eu queria ser mais criterioso, por se tratar de CPI. Eu estou aqui para trabalhar a preservação da prerrogativa constitucional de uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu acho muito mais recomendável — isso também serve para os convocados — que seja feita a justificativa. É lógico que, quando se trata de Ministros, já está evidente, é de notório conhecimento o papel do Ministro. Mas, quando falam sobre a Sra. Karen Louise, eu não sei quem é.



Então, quem está convidando deveria dar o mínimo de explicação, uma justificativa para que nós votemos com um pouco mais de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O autor do requerimento acaba de chegar.

Então V.Exa. vai destacar?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu sugiro que seja voto individual, mesmo se tratando de convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A proposta foi apresentada ao Plenário. Então, vou ter de pedir ao Plenário para se manifestar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É regimental. Há acordo ou iremos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu estou tentando propor o acordo.

Não há acordo com relação a isso? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não há acordo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, peço desculpas pelo atraso, mas eu estava presidindo reunião de audiência pública que trata da reforma do ensino médio. O que se está discutindo é o Item 31, de minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Estamos discutindo agora o Item 8. Vamos ter que votar o item 8, para depois votar os outros requerimentos, um a um.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Retirando o Item 8, todo o resto é de autoria do Deputado Izalci. Então, não há como errar. Sempre vai cair nele. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No Item 15, o requerimento é de autoria do Deputado Jorge Solla; no Item 16, o requerimento é de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante. O Deputado Izalci realmente monopolizou, mas foi porque ele teve tempo e fez os requerimentos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É a CPI do Izalci. Não é a CPI do Rouanet, é do Izalci.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Parabéns para o Deputado!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fiz o dever de casa.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Faz jus ao salário que V.Exa. recebe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Afinal de contas, aqui no DF não há eleição. Apesar de ter havido na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno — RIDE, da qual nós participamos, não foi exatamente como nos Estados, com a participação de V.Exas. Portanto, eu tive um pouco mais de tempo para me aprofundar no projeto. Por isso apresentei esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos lá!

Item 8. Requerimento nº 4, de 2016, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer sejam convidados a comparecer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Gilberto Gil e o Sr. Juca Ferreira, ex. Ministros da Cultura, com vistas a colaborar com o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só lembro já do acordo. Seria bom que o Deputado Izalci tivesse conhecimento de que poderemos convidar os demais Ministros que viveram o período da Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Será acrescentado o convite aos ex-Ministros da Cultura, em vida, evidentemente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Seriam os Ministros compreendidos dentro do período de investigação da CPI. Não há sentido chamar os anteriores.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Que estejam em vida, porque os mortos não têm mais nada a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Item 9. Requerimento nº 10, de 2016, do Sr. Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convidada a Sra. Karen Louise Kahn para prestar depoimento.

Eu concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu sei que V.Exas. querem votar requerimento por requerimento, mas praticamente todos são convites e todos são no



mesmo sentido. Portanto, faço apelo para que esta reunião seja mais objetiva e parar aprovar em bloco os requerimentos de convite.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não há acordo, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os convidados são exatamente aqueles que estão envolvidos na Operação Boca Livre: a contadora e os representantes das empresas. E são diversas empresas que participaram dessa operação.

Fiz requerimento abrangendo todos os representantes das empresas que foram beneficiadas, bem como todos os atores que participaram, inclusive do Grupo Bellini, sócios e representantes. Todos eles tiveram participação nessa operação.

(Não identificado) - A Sra. Karen é sócia da empresa?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixem-me pegar os requerimentos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, enquanto o Deputado procura, eu posso falar pela ordem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Requerimento nº 10, Sr. Presidente, convida a Sra. Karen Louise Kahn.

No final de 2016, na Operação Boca Livre, deflagrada pela Controladoria-Geral da União — CGU, foi caracterizado desvio na ordem de 180 milhões, pulverizados em mais ou menos 250 projetos, todos eles vinculados à Lei Rouanet.

A Sra. Karen é muito importante, porque é Procuradora da República e é a responsável pela investigação. Eu gostaria que ela, inclusive, fosse uma das primeiras a vir aqui, para nos esclarecer um pouco mais. Ela é a Procuradora da República que fez a denúncia desse processo.

Tanto a Procuradoria quanto a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas e a Polícia Federal são os convidados prioritários para a primeira chamada. Neste caso, é a Procuradora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mais alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Vicente Candido, haja vista que a CPI da Lei Rouanet tem trazido ao meio cultural certo alvoroço. Quanto mais tempo esta CPI durar, mais dificuldades terão para captar recursos, em especial na iniciativa privada. Se o Deputado, que é um entendedor, um defensor do setor da cultura no País, puder compreender a necessidade de se votar em bloco, pela agilidade de procedimento, assim não teremos morosidade. Daqui a pouco chegarão os 120 dias de prazo desta CPI, e vamos pedir para prorrogá-la, pois não conseguiremos, justamente porque o PT, que é o maior interessado em que as coisas acelerem, fica aqui votando requerimento por requerimento.

Se V.Exa., que é um Deputado de bom senso, de excelente critério nesta Casa, pudesse compreender isto, daríamos celeridade ao processo. O meu pedido pela ordem é no sentido de que V.Exa. possa nos ajudar, ajudar esta CPI a trabalhar com celeridade, porque, com isso, estaremos ajudando a quem mais precisa, que é o setor de cultura do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Consulto o Deputado Vicente Candido se há acordo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Sóstenes, eu concordo com parte dos argumentos de V.Exa., e a bancada estará aqui para contribuir para a celeridade e para a eficácia dos nossos trabalhos. Mas, em se tratando de CPI, eu carrego uma preocupação com certa banalização que tivemos com o poder de CPI aqui nesta Casa, nos últimos tempos.

Em se tratando ainda mais de um setor muito sensível socialmente ao País, pelo menos nesse quesito aprovação de requerimentos, quer seja de convite, quer seja de convocação, quer seja até requerimento de informação, recomenda-se que trabalhem com mais cuidado. Nós estamos mexendo com a vida de pessoas, de empresas, de famílias. É recomendável que tenhamos um mínimo de justificativa ao colocar aqui o nome de pessoas.

Eu temo muito o convite ou a convocação motivada apenas por notícias de jornais. Há muita maldade dentro desse bojo todo. E não só neste caso, mas em outros também.



Eu quero dialogar com V.Exa. Concordo em parte. Acho que, passando isso, vamos dar toda celebridade. Não estamos aqui para atrapalhar. Mas eu temo, porque a CPI é um dos órgãos de maior poder do Poder Legislativo. Ela tem poder de polícia, tem poder de Justiça e de um monte de coisas.

Aprovar 50 requerimentos em bloco? Aqui muitos Deputados chegam desavisados e, em última hora, votam. Acho isso uma temeridade. Tirando isso, eu concordo com V.Exa., vamos montar um plano de trabalho o mais célere possível, o mais responsável possível.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, permita-me uma observação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos tocar, Sr. Presidente, senão não vai haver acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Senão, Deputado, não vai haver jeito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - São 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu compreendi as preocupações de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu quero chegar até os requerimentos do Deputado Jorge Solla. Nós temos que iniciar a CPI pelo menos com alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu já compreendi a preocupação do Deputado Vicente Candido. Mas eu faria uma ponderação. Aqui há alguns convites para autoridades que foram responsáveis pela investigação. Ou seja, essas não estariam sequer sob a suspeita que V.Exa. alega; não haveria qualquer tipo de implicação, de dúvida. É o Delegado da Polícia Federal, é a Procuradora.

Eu pergunto a V.Exa. se esses, especificamente esses, nós poderíamos votar em bloco, porque são pessoas que já fizeram a investigação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nós podemos trabalhar nessa linha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só para agilizarmos um pouquinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quais seriam?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu já vou falando aqui. Por exemplo, o Requerimento nº 11 trata da convocação do atual Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está o.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Requerimento nº 12...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Requerimento nº 12 é do Deputado Jorge Solla...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. O Requerimento nº 12 é de minha autoria também. Convida o Sr. Rodrigo de Campos Costa, Delegado da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) – Não. Siga pelo item. Tem que seguir pelo item. O item 12 é de autoria do Deputado Jorge Solla, convida o Sr. João Luiz Silva Ferreira, ex-Ministro da Cultura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esse não. Será votação separada.
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, mas esse é de interesse do PT.

O SR. VICENTE CANDIDO - Esse já foi aprovado. O item 12 é matéria preclusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está prejudicado.

O item 13 é importantíssimo, porque trata da Procuradora Federal Thaméa Danelon. Esse está o.k.? *(Pausa.)*

O item 14...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O.k. Trata-se de ex-Ministro.

(Não identificado) - A Senadora Marta Suplicy.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Item 15 convida o Delegado da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Acabou a parte dos convites. Vamos votar em bloco esses itens que acabamos de elencar, do 10 ao 15.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETO - Sr. Presidente, no Requerimento nº 6, de 2016, o item 18, eu faço uma convocação do atual Ministro. Nós iremos votá-lo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós chegaremos lá.

O SR. EXPEDITO NETO - Nós vamos votar agora os convites, e eu queria transformar minha convocação em convite, já que nós temos acordo de que o Ministro se fará presente nesta Comissão.

Eu gostaria de cancelar o Item 18, para que possamos votar o convite com todos os Parlamentares, em acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado.

Em votação, em bloco, os itens 10 a 15.

Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar às convocações.

Item 16. Requerimento nº 1, de 2016, do Sr. Sóstenes Cavalcante, que requer a convocação do Sr. José Pereira de Abreu Júnior para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o nobre Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, a convocação do nobre Sr. José Pereira de Abreu Júnior deve-se ao fato de que ele adquiriu, com a empresa da sua esposa, cuja convocação consta do item seguinte, verba junta à Lei Rouanet e estava inadimplente até o dia em que protocolizei esse documento. Como está inadimplente no sistema do Ministério da Cultura e como, por anos seguintes, a mesma peça de teatro *Fala, Zé!* continuou sendo feita com outras empresas, eu gostaria de explicações sobre como se consegue burlar dessa forma; se é só usando empresas. Gostaria que ele esclarecesse por que essa prestação de contas está em aberto ainda; o que ocorreu para que isso acontecesse durante vários anos; e por que, mesmo estando inadimplente com um número de CNPJ, ele usou outros CNPJs para continuar arrecadando para a mesma peça, nos anos subsequentes. Por isso esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Encaminhamento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. vai fazer encaminhamento? Já estamos na fase de encaminhamento.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, é para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, discutir e encaminhar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para discutir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não é discussão. É encaminhamento.

São quatro encaminhamentos, dois a favor e dois contrários. S.Exa. falou a favor. V.Exa. agora vai falar contra.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Antes do encaminhamento, eu queria uma informação do autor do requerimento, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nós temos o direito de discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Claro! Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Sóstenes Cavalcante, V.Exa. tem informações se o único inadimplente é o ator José de Abreu ou existem mais inadimplentes?

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O sistema do Ministério da Cultura é ainda bastante complexo. Este caso específico eu já consegui detectar, e eu tenho uma equipe no meu gabinete que está fazendo os levantamentos individuais de vários outros casos. Além disso, eu já tenho outros requerimentos aos quais, inclusive, já dei entrada hoje, mas não estão na pauta por conta daquilo. Existem outros também inadimplentes e farei questão de convocá-los um a um, independentemente de posição ideológica, se essa é uma preocupação de atores, de escritores, de apresentadores e de artistas do nosso País. Já tenho alguns outros casos detectados. Dei entrada a alguns hoje e darei entrada a outros ao longo da semana. Devido às eleições, logicamente, todos nós não pudemos nos debruçar muito sobre essa questão, mas tenho outros casos, sim.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta à Comissão, a partir deste requerimento do Deputado Sóstenes Cavalcante.



Em primeiro lugar, isso foge do objeto da CPI. Nós estamos tratando de uma denúncia deflagrada pela Polícia Federal que teve também início na CGU.

Acho que pode se debater tudo aqui. Não há nenhum problema. Mas eu queria que adotássemos o seguinte procedimento: se não for objeto de denúncia criminal, gostaria que fizéssemos em forma de convite e tivéssemos o cuidado de ver a amplitude disso. Dessa forma, eu quero crer que é uma perseguição a um ator petista. Se for só ele e não houver mais ninguém, não há nenhum problema. Mas não há necessidade de se trabalhar esse viés político.

Então, eu tiraria esse requerimento da pauta, neste momento. Vamos fazer um levantamento mais completo e depois adotamos o procedimento que for mais adequado para aquilo que estiver fora do objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADOS SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, eu gostaria de entender o que é fora do objeto da CPI. Nós estamos tratando da CPI da Lei Rouanet.

Existe a arrecadação para uma peça teatral que está inadimplente desde 2007, e nós não podemos investigar isso? Eu não entendi, honestamente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - V.Exa. é o autor do requerimento. Qual é o teor do requerimento da convocação da CPI?

O SR. DEPUTADOS SÓSTENES CAVALCANTE - O teor do requerimento da convocação da CPI?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A Constituição diz que CPI tem que ter objeto determinado.

O SR. DEPUTADOS SÓSTENES CAVALCANTE - Correto.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Os senhores pegaram a notícia de uma operação da Polícia Federal. Tudo bem! Tem um objeto determinado. Fora isso, não é objeto determinado. Nós podemos debater sobre tudo? Podemos. Nós estamos trazendo aqui Ministros, ex-Ministros, advogados, pessoas ou artistas que vêm colaborar. Mas não precisa haver convite e nem deve ser direcionado a esse ou àquele, para o Pedro ou para o João.

O SR. DEPUTADOS SÓSTENES CAVALCANTE - Mas nós não podemos investigar?



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Ou se faz republicanamente, ou não se faz.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. DEPUTADOS SÓSTENES CAVALCANTE - Eu não estou entendendo, Sr. Presidente, honestamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Deputado Jorge Solla pediu a palavra antes de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E eu posso falar depois dele, Sr. Presidente? Se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pode.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria pedir que tivéssemos o bom senso de evitar transformar esta CPI em mais uma disputa partidária.

Há fato concreto a ser apurado que foi objeto da criação da CPI. Qualquer coisa que fuja a esse fato concreto, focando um determinado indivíduo, como é o caso desse requerimento, vai-se criar um sério problema para o andamento desta CPI.

Eu queria, inclusive, fazer um apelo a todos os presentes — até agora nós temos conseguido uma condução a bom termo — para que não deixem a Comissão degringolar a partir da discussão de um requerimento que, nitidamente, se mostra persecutório. O objetivo desse requerimento é atacar uma artista que publicamente sempre se posicionou como defensor do Partido dos Trabalhadores.

Infelizmente, nós estamos vivendo um clima em que todos os espaços possíveis são utilizados pelos opositores partidários para atacar o PT. Isso não é produtivo! Já atacam na mídia. Criam um monte de ilações, de mentiras, perseguições, “operação boca de urna”.

Hoje, a sede do PT na Bahia, Sr. Presidente, foi invadida — invadida! — pela Polícia Federal e destruída, sem nenhum objeto concreto que pudesse justificar isso. Às 6 horas da manhã, a Polícia Federal invadiu a sede do PT na Bahia e a destruiu. Até uma moto foi destruída, desmontada. Largaram os pedaços dela quebrados lá. Tentavam o quê? Vasculhar para achar alguma coisa que nem sabiam o que era.



Polícia Federal! Eu estou com as fotos aqui. Se o colega quiser vê-las, eu lhe mostro. Destruíram a sede do Partido dos Trabalhadores na Bahia, às 6 horas da manhã. E, do lado de fora, o circo da Rede Globo, rua cercada, policiais com fuzis para atacar uma sede vazia — vazia!

Então, esse clima persecutório que está acontecendo no País não pode ser trazido a todos os espaços, senão nós não vamos ter condição, Sr. Presidente. Apelo até a V.Exa., cuja condução do processo até o momento tem sido muito produtiva para o andamento da CPI, para que nós separemos esses requerimentos que não vão ajudar no andamento dos trabalhos aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu disse e vou repetir: esta CPI não será uma CPI de caça às bruxas. Evidentemente, nós teremos requerimentos, que são de iniciativa dos Parlamentares. E eu, como Presidente, só tenho que colocá-los na pauta e discutir.

Agora, nós temos muita coisa para investigar e apurar. E peço aos Parlamentares que nos concentremos nas questões mais problemáticas e mais danosas ao nosso País.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Sóstenes Cavalcante. O Deputado diz que percebeu que há uma inadimplência. Mas, seguramente, existem outras inadimplências que não foram objeto da atenção do Deputado.

O Deputado teve uma especial atenção para uma suposta inadimplência que envolvia uma pessoa que tem posições políticas bem definidas e que se contrapõem às posições do Deputado.

Nós temos que romper uma lógica fundamentalista. O fundamentalismo diz que as minhas ideias são ideias universais, as minhas crenças são crenças universais, e o outro não existe enquanto outro.

Nós não podemos transformar esta CPI, em respeito a este Parlamento e ao instrumento democrático da CPI, em um palanque, nem mesmo em um instrumento de perseguição de pessoas em virtude das suas posições políticas.



Portanto, como nós não temos o arcabouço daqueles que estão na mesma condição do citado, o que foi dito aqui pelo Deputado Sóstenes Cavalcante, isso foge do objeto determinado da própria CPI.

Isso não significa que a CPI está limitada no seu processo de apuração. Ela pode, por causa do desenrolar do seu próprio trabalho, chegar à conclusão de que existem outros fatos que podem ser juntados ao objeto primeiro e ao fato determinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou concluir, Sr. Presidente. Mas existe um desenvolver dos trabalhos. Isso não pode se dar *a priori*. *A priori*, eu não posso eleger pessoas em virtude das suas posições políticas ou partidárias e, a partir daí, querer persegui-las e submetê-las a um processo de investigação, sem que haja um liame estabelecido, sem que haja um desdobramento claro e fundamentado no objeto primeiro da própria CPI.

Então, faço um apelo ao Deputado Sóstenes Cavalcante para que retire esse item da pauta, a fim de que nós possamos, posteriormente, amadurecer e, posteriormente, encontrar os subsídios e as fundamentações necessárias para esta CPI.

Digo isso, Sr. Presidente, porque esta CPI já começa com certo estranhamento, em virtude da posição de V.Exa. de dizer publicamente que, sob hipótese nenhuma — sob hipótese nenhuma —, admitiria uma relatoria do Partido dos Trabalhadores. Ao dizer isso, V.Exa. já diz como quer o próprio relatório. V.Exa. já coloca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O relatório será votado, Deputada. É uma pena que V.Exa. não teve a mesma compreensão dos Deputados Vicente Candido e Chico d'Angelo. Eu não tenho esse sentimento. Agora, eu fui oposição a V.Exa. Se V.Exa. estivesse no meu lugar, também não permitiria. Portanto, não vamos jogar com esse tipo de coisa. Eu estou querendo conduzir sem nenhum problema.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. permite que eu conclua?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. está falando há 4 minutos e não conclui.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. me interrompeu. Gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Desculpe-me, Deputada. Conclua, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente, Deputado. Eu gostaria de concluir sem a sua interrupção, se possível.

Quando se diz que o relatório já tem que estar em um determinado arcabouço, independentemente do processo de investigação, nós já colocamos esta CPI em certo estranhamento. Para que este estranhamento não se consolide, vamos evitar aqui requerimentos com a nítida intenção de construir nesta CPI um espaço persecutório, por causa das posições políticas, e tirar dela o caráter nobre que tem de investigar os seus fatos determinados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Chico d'Angelo.

O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO - Eu queria pedir ao Deputado Sóstenes o bom senso no seguinte sentido: existe um objetivo maior da CPI com relação às fundamentações da solicitação do porquê dela.

Nas convocações aqui, já há solicitações de convites, por exemplo do Ministro Marcelo Calero. Há uma convocação para tal. Existem, nas convocações, motivos distintos. Por exemplo, estou lendo aqui, mas, se não for explicado um a um, vamos votar em bloco uma convocação, algo que não estejamos sabendo.

O que eu sugiro? No caso específico de José de Abreu, que é uma figura pública, que todo o mundo conhece, e que tem posicionamentos políticos de todos conhecidos, se há algum motivo para que se queira que ele venha à CPI, eu sugiro que tenhamos esse critério de convite. É esta a minha ponderação. Se o fizermos sem essa linha de argumentação, vamos cair em um campo persecutório. Isso é ruim. A CPI começa de maneira má. Uma coisa é o convite, outra é a convocação. Então, eu pediria o bom senso de que utilizássemos como critério o convite.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Sóstenes, nós temos que votar.



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - É lógico! Em primeiro lugar, eu gostaria justamente de propor que devemos debater e depois colocar a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu gostaria, antes de V.Exa. concluir, de citar o art. 117, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

Art. 117.

§ 1º Os requerimentos previstos neste artigo não sofrerão discussão, só poderão ter sua votação encaminhada pelo Autor e pelos Líderes, por cinco minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico.

Eu estou tendo a paciência de ouvir todos, porque acho que temos de conversar. Nós não podemos aqui travar um embate ou um combate a todo instante, em qualquer votação, e não conseguir avançar.

Então, conclua, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, quero reiterar aos colegas Deputados que fizeram apelos que os entendo, até porque eu tenho esse mesmo espírito de apelar aos colegas quando considero possível.

Eu me debrucei, como autor do requerimento da CPI, sobre o assunto da cultura com técnicos no meu gabinete para identificar alguns erros. Pelo sistema do Ministério da Cultura não é fácil identificar. Até aquele momento da entrada do requerimento, o único caso que eu havia identificado era este. Por isso foi só este. Após isso, já tivemos outros, e comecei a dar entrada hoje a requerimento. Começarei a dar entrada a requerimento chamando todos que, já identificados, estão inadimplentes com o Ministério. Não hesitarei em nenhum. Então, esse discurso de perseguição por ter identidade ideológica com o PT não cola para mim.

A outra razão por que não dá para atender ao apelo de V.Exa., Deputado Chico d'Angelo, é que esse cidadão, após eu dar entrada ao requerimento, usa do Twitter para fazer ataques pessoais a mim. Então, antes mesmo de votarmos um requerimento, se a pessoa já vem com ataques pessoais a um Parlamentar via Twitter, esse cidadão não pode ser convidado, não, tem que ser convocado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É vingança, então, Deputado?



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não, não estou falando de vingança. Estou dando uma informação que acho que V.Exa. não tinha. Demos entrada a um requerimento que nem votado foi. Os apelos de V.Exa. fariam total sentido se ele não começasse dessa forma. Se uma pessoa tem esse tipo de perfil de ficar atacando Parlamentar em redes sociais de maneira indeferida, porque não havia simplesmente dado entrada a um requerimento, não há a menor condição — Deputado Chico d'Angelo, com todo o respeito que tenho a V.Exa.; nós somos colegas do mesmo Estado — de atender e modificar esse requerimento. Esta é uma das minhas justificativas. Se já começa a atacar antes de votarmos, eu imagino os ataques que vou sofrer por parte desse cidadão *a posteriori*.

Então, gostaria de reiterar que o requerimento está feito e é para convocação, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. que cumpra o Regimento, abra as discussões, as orientações de bancada e que possamos votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não há acordo. Então, vamos votar o requerimento.

Para orientação de bancada, tem a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Sóstenes Cavalcante, desde o primeiro dia da CPI, V.Exa. foi um dos que concordaram com o bom andamento dos trabalhos. E, desta forma como V.Exa. está querendo encaminhar, V.Exa. não contribui para o bom andamento. É questão de bom senso. Eu queria avocar o bom senso. V.Exa. mesmo está dizendo que existem outros e que o sistema do Ministério é precário. Então, em primeiro lugar, vamos trazer o Ministro aqui para explicar por que o sistema é precário. V.Exa. está falando de um ataque pessoal, mas José de Abreu foi atacado pessoalmente primeiro. No mínimo, ele agiu em legítima defesa.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Atacado por quem?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Por um pastor evangélico. E é a partir disso que V.Exa. está fazendo a convocação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Silas Malafaia.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - O que eu tenho a ver com essa história? O que eu, Parlamentar Sóstenes Cavalcante, tenho a ver com isso?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Se V.Exa. não tem a ver...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Srs. Deputados, nós não podemos...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu ouvi V.Exa. atentamente no seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não vamos interromper o orador, senão vamos ficar aqui a tarde toda.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Se V.Exa. não sabia, eu estou lhe informando. Da maneira como V.Exa. coloca, vira uma questão pessoal, que eu acho que não deve ser tratada na CPI.

Se V.Exa. quer contribuir, como nós combinamos desde o primeiro dia da instalação dos trabalhos, retire o requerimento, e vamos trabalhar a questão republicana, porque, senão, vou acreditar que é uma perseguição ao PT, só isso. Se for assim, nós vamos pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já está evidenciado que haverá verificação. Eu consulto se o problema é só este requerimento. E o outro? Quem seria Camila Paola Mosquella?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A esposa de José de Abreu.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Ao que me consta, é ex-esposa, que é a titular da empresa favorecida. A pessoa titular do CNPJ é ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Seria o mesmo sentimento, Deputado?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É claro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que pudéssemos votar os outros requerimentos e, depois, voltar a este, porque vamos acabar prejudicando a pauta.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não há acordo, Deputado Izalci. Se não aplicar o princípio do bom senso e da razoabilidade, não vai haver acordo aqui.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vamos derrubar.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Peço para orientar em nome do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Eu acho que, em relação ao que estamos discutindo, seria muito importante a presença de José de Abreu e de todos nesta Casa. Eles têm muito a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Como vota o PR?

Eu estou concedendo a palavra para orientação de bancada, mas ela não está prevista neste momento. Não foi pedida verificação ainda. Eu estou tentando conduzir...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou ter que cumprir o Regimento. Estou tentando evitar que a sessão caia. Já estamos com quórum de 226 Deputados no Plenário. Quando começar a Ordem do Dia lá, vamos ter que interromper aqui. Se votarmos este requerimento, é evidente que, com o pedido de verificação, vai cair também a sessão.

Eu consulto o Deputado Sóstenes Cavalcante se ele não quer retirar, para voltarmos a discutir na próxima sessão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Posso encaminhar, pelo menos?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Posso colocar uma proposta, Sr. Presidente, se me permite?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Posso falar, pelo menos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só um segundo. Vamos ouvir o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - É uma proposta que até fiz rapidamente ao Deputado Sóstenes Cavalcante. Para apurar a questão da inadimplência, nós fazemos um requerimento de informação ao Ministério, solicitando que encaminhe para a CPI a relação de todos os casos de inadimplência. A partir desse diagnóstico, podemos tomar algum procedimento subsequente. Eu acho que ninguém aqui se negaria inclusive a assinar um requerimento dessa natureza, pedindo ao Ministério as informações acerca da inadimplência dos diversos processos.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Sr. Presidente, eu creio que o José de Abreu tem muito a contribuir com esta CPI. Seria muito importante a presença



dele aqui. Acho que não podemos ficar sem as informações e os esclarecimentos que ele tem que dar à população brasileira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai dar para votar hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - O problema é a seletividade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, com todos os advogados aqui, não vai haver problema nenhum para ele vir à Comissão. Ele já mostrou os vários advogados que tem aqui.

Como é uma investigação, seria muito bom ouvir o que ele tem para falar sobre tudo isso. Essa investigação pode trazer muito mais coisas para o nosso bojo. É importante ouvi-lo. Se lhe fizermos um convite, ele não vai nos prestar compromisso, pois não tem obrigação de dizer a verdade. Então, temos que convocá-lo.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, quanto ao pedido do Deputado Jorge Solla, eu já fiz o requerimento e o assinei hoje, inclusive para todos os outros, mas, uma vez identificada a inadimplência, nada impede que votemos.

Eu entendo a preocupação quanto ao quórum, mas estou conversando com colegas e soube que alguns estão em outras Comissões. Acho que podemos colocar em votação e convocar os colegas que estão nas outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou colocar em votação.

Está encerrada a discussão, vamos à votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Verificação concedida ao PT.



Não vamos iniciar a votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estamos em obstrução.

O PT gostaria de orientar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Seria muito importante que todos os partidos convocassem seus Parlamentares. Nós estamos tendo uma CPI de grande importância para o nosso País, e infelizmente os Parlamentares não estão presentes.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - É importante, Sr. Presidente, registrar que esta CPI está tomando uma medida que vai complicar muito as condições de trabalho. Insisto que sua condução tem sido muito positiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu tenho procurado minimizar a situação, mas já vi que a coisa...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não estou responsabilizando a condução de V.Exa., não, mas os Parlamentares que querem transformar esta CPI em um espaço de perseguição, de calúnias, de execração pública, como têm acontecido em vários processos.

Nós não podemos deixar que a CPI faça perseguição a uma única pessoa. Vamos pedir requerimento de informação e ver o que existe efetivamente, pois isso é perseguição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Solla, a minha preocupação é que existem mais de 120 requerimentos para aprovação. Fora esses, há mais de 120 requerimentos. Quer dizer, nós temos que avançar de qualquer forma.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está iniciada a votação.

Para encaminhar pelo PT, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

Gostaria que a assessoria registrasse o tempo no relógio, pelo amor de Deus, para não ficarmos tendo que cortar a palavra do Parlamentar. Ajudem-me!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu também solicitaria que colocassem o tempo para que as palavras dos Parlamentares não sejam cortadas com antecedência e para que fique justo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos ao tempo de encaminhamento da Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores se encontra em obstrução, pois entende que esse requerimento é extemporâneo, porque alimenta um crime de ódio, que não se justifica.

Aliás, tivemos as eleições com mais mortes de toda a história do Brasil. Além disso, nas eleições em capitais importantes, como São Paulo, o não voto superou o número de votos do candidato mais votado, porque nós estamos vivenciando um clima de ódio persecutório, fundamentalista.

O fundamentalismo nos remete à lógica absolutista de que o outro não pode existir com contraponto e se ele divergir da minha opinião. O fundamentalismo, além de não ser reflexivo, além de ser absolutamente irracional, estimula o ódio, porque estimula a desumanização simbólica.

Nós estamos em uma CPI que diz respeito à cultura, que significa o rompimento das desumanizações simbólicas que grassam neste País e fazem com que haja por volta de 60 mil mortes aqui todos os anos. A cultura é absolutamente fundamental para isso.

Com este instrumento absolutamente fundamental para o fomento na cultura, que é a Lei Rouanet, nós não podemos deixar, na perspectiva de se criminalizar um partido, que se criminalizem ideias e façam valer uma lógica fundamentalista àqueles que dizem: *“A minha igreja é a Igreja Universal; a minha crença é universal; a minha forma de amar é fundamental e é universal”*. E o outro, na sua alteridade, que é fundamental para reafirmar a diversidade e a democracia, passa a não existir.

Nós estivemos dialogando com o autor do requerimento, na perspectiva de que caminhássemos na construção desta CPI, a partir de fato determinado, a fim de abrir fendas para que se desenvolvessem outras investigações, que caberiam a esta CPI efetivá-las, sob pena de estar sendo leniente com seus próprios objetivos.

Mas nós vemos um requerimento que não se justifica, que apenas se diz: *“Há uma inadimplência...” “E quantas inadimplências existem?” “Não, nós não procuramos saber de outras inadimplências; nós procuramos saber desta inadimplência.”*



Se o autor do requerimento tivesse buscado outras inadimplências, não haveria justificativa se não apresentasse requerimentos com o objetivo de também convocar esses inadimplentes.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos nitidamente fazendo um discurso que fez com que nós tivéssemos as eleições mais violentas neste País e que houvesse uma naturalização da invasão de sedes de partidos políticos. Temos que eleger os culpados!

Vamos então traçar os túneis necessários para chegarmos aonde já definimos que iremos chegar. Uma CPI não pode já ter os culpados; não pode ter seu relatório e seu parecer pré-determinado. Vamos culpabilizar; vamos criminalizar; e vamos encontrar as formas de chegarmos aonde já concluímos. Uma CPI não pode chegar com conclusões prontas! Os relatores de uma CPI não podem chegar com seus pareceres já debaixo do braço! Uma CPI não pode existir com a intenção de tentar calar um movimento cultural, que ativamente se coloca em defesa da democracia, ou calar pessoas porque as suas posições a incomodam.

Nesse sentido, não temos como votar este requerimento. Tivemos, repito, a dedicação por construir um diálogo para que esta CPI não caísse em armadilhas que viessem a comprometer a sua própria credibilidade e que, ao contrário, funcionasse honrando as investigações parlamentares sérias que já aconteceram nesta Casa.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores se encontra em obstrução.

Nós solicitamos que esta Presidência faça um encaminhamento no sentido de fazermos reuniões administrativas antes das próprias reuniões formais, para que tentemos construir os consensos necessários. Consensos não se dão com a anulação do outro, mas com respeito às posições do outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, V.Exa. já usou seus 5 minutos.

O PT se declara em obstrução.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Expedito Netto.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Sr. Presidente, gostaria de deixar bem claro que o PSD não está fazendo caça às bruxas; que não tem lado nessa briga; e que não está perseguindo o Sr. José Pereira de Abreu.



Se o PT tem inimigos — e eu acredito que tenha —, ele não pode generalizar e botar todos no mesmo pacote, porque há Parlamentares que têm como único objetivo a defesa da cultura e a defesa do nosso País.

Sr. Presidente, se existem Parlamentares que estão querendo, de certa forma, tumultuar esta CPI, espero que resolvam os problemas lá fora, porque aqui a única bandeira que está pendurada atrás de V.Exa. é a bandeira do nosso País, e não a bandeira partidária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar V.Exa. pela condução dos trabalhos.

Em segundo lugar, quero dizer que acredito que esta CPI não vai descambar para a perseguição política, para a perseguição da classe artística. Nós sabemos que a classe artística fez um levante recente contra acontecimentos nefastos da política nacional que ocorreram nos últimos meses.

Sr. Presidente, quando esta CPI surgiu, houve críticas já prevendo que ela poderia descambar para um sentido que não acredito que seja o mesmo para o qual V.Exa. quer que ela descambe.

Eu quero chamar a atenção para um fato muito importante em relação aos requerimentos que nós estamos votando nesta tarde. Se nós olharmos de maneira sistemática os requerimentos que nos foram apresentados, verificaremos que há certa lógica. Um processo de investigação, como V.Exa. sabe, Sr. Presidente, segue um encadeamento lógico, uma sequência lógica. O Presidente tem o papel de organizar esse encadeamento das investigações na CPI. Conforme essa lógica, é feito um convite aos gestores, aos ex-gestores, as autoridades policiais e as autoridades do Ministério Público Federal. Além disso, há convocação inclusive de pessoas que foram atingidas pela chamada Operação Boca Livre.

Se nós observarmos especificamente este requerimento, que convoca o ator José de Abreu e sua ex-esposa, veremos que ele destoa de todo o contexto dos requerimentos que nós estamos votando.

Eu acredito que o Deputado Sóstenes vai ter o bom senso de rever sua posição. Acredito ainda que a sugestão feita pelo Deputado Jorge Solla é a mais



coerente com o escopo, com a finalidade desta CPI. Seria importante até que todas as lideranças assinassem um requerimento solicitando pedido de informações ao Ministério da Cultura sobre todas as questões de inadimplência. Lembramos que inadimplência não é crime. Nós aqui estamos discutindo crime, e, repito, inadimplência não está tipificada como crime.

Eu queria deixar bem clara a posição de que, se nós aprovarmos este requerimento, Deputada Laura, nós estaremos destoando do encadeamento lógico das investigações desta CPI e obviamente dando um aceno muito ruim à sociedade. Vamos estar lhe dizendo que esta CPI foi constituída — como foi reportado no início do recolhimento das assinaturas — para perseguir a classe artística que tem um determinado posicionamento ideológico, sobretudo aquela que está na linha de frente, como o ator José de Abreu, que, como foi dito aqui, é filiado ao Partido dos Trabalhadores.

O resto é discurso, é querer ser imparcial, o que não existe neste caso. Infelizmente, isso está demonstrado nessa teima que nós estamos vendo neste momento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, nós vamos encerrar esta discussão. O último orador que vai encaminhar a favor é o Deputado Sóstenes. Em seguida, vamos fazer a votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós estamos fazendo o encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu estou lhe pedindo a palavra pela ordem porque quero fazer uma sugestão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então zere o painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas não existe pela ordem, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Zere o painel.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não existe pela ordem.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. tem direito a fazer questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pela ordem é permitido no Senado, aqui não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Conforme o Regimento, ainda não existe.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. disse que não está aberto o processo de votação. Então zere o painel, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, nós estamos no encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas V.Exa. disse que ainda não estava aberto o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não estávamos votando, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não está votando?

(Não identificado) - Está votando.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então zere o painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V. Exa. está votando?

(Não identificado) - Está aberto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Zere o painel, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, desculpem-me; estamos em processo de votação e nos encaminhamentos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. acabou de dizer que ainda não se iniciou a votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O processo de votação não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Sóstenes, por favor, vamos ao encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Solicito que V.Exa. zere o painel.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não posso zerar o painel, pois já votaram. Estamos fazendo o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, já que acham que V.Exa. tem um olho atrás da cabeça para saber que já estávamos votando, como o procedimento está tão truculento...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quem autoriza a abertura de votação é o Presidente.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Na verdade, aqui se prova o que já se dizia. Nós esperamos que todos os Parlamentares nesta Comissão tenham a mínima predisposição para investigar tudo o que está errado na Lei Rouanet. Mas nota-se que alguns decidiram se atribuir a função de advogado de defesa de alguns a quem estão alinhados ideologicamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero encaminhar.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Alguns vão querer se prestar a ser advogado de defesa de alguém que possa ensejar algum tipo de requerimento. É isso que está acontecendo aqui.

Lamentavelmente já disse — e reitero nesta orientação — que eu fiz o requerimento de informação ao Ministério de todos os inadimplentes. Se algum Parlamentar quiser subscrevê-lo oportunamente poderão fazê-lo, mas todos os requerimentos já foram feitos. Eu já identifiquei este requerimento, assim como outros, em que já dei entrada hoje.

Gostaria de orientar os colegas do Democratas a votarem “sim” a este requerimento, tendo em vista a necessidade de sua aprovação. Este requerimento se refere a uma pessoa que é inadimplente desde 2007. Considerando que ela continuou sendo patrocinada pela Lei Rouanet nos anos subsequentes, nada mais justo que esta CPI cumpra seu papel de investigação.

Não estamos criminalizando ninguém, apenas dizendo que a pessoa convocada está praticando um crime. Reafirmamos ainda que, no dia em que protocolizei o requerimento, ela continuava inadimplente. Se ela cometeu prática de crime ou não, é papel desta CPI investigar, apurar. Mas, se nós não a convocarmos para ouvir a sua versão, nós estaremos pecando e nos furtando ao direito de ouvi-la



esclarecer por que isso acontece e de lhe dar o total direito de defesa. Nesse caso, sim, estaríamos prejudgando.

Eu não estou fazendo prejudgamento de ninguém, muito pelo contrário. Estou dando ao convocado oportunidade de esclarecer os fatos, de nos dizer como ele conseguiu arrecadar todos os anos, depois de inadimplente em 2007, com a Lei Rouanet.

Eu gostaria de explicações do Sr. José de Abreu como é que se faz essa mágica. Vou querer essa explicação de todos os outros atores, artistas, escritores de livros que tenham usado essa mesma prática, independentemente de partido. Inclusive, se houver alguém do meu partido, eu o farei também, porque não tenho corrupto de estimação. Eu não passo a mão em quem pratica erroneamente as leis que aprovamos nesta Casa. Se algum colega quiser usar dessa prática e acobertar erros dos outros, que o façam, mas essa não é a minha prática e não será com ninguém do meu partido que eu farei isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, V.Exa. me perdoe, mas eu devo ter feito parte de umas dez CPIs nesta Casa, mas nenhuma política, todas técnicas.

Em segundo lugar, sinceramente, eu não consigo entender como é que vamos montar uma CPI sem o Relator sentado na nossa frente, organizando isso junto conosco. Uma CPI não é criada por causa de uma briga ideológica entre partidos políticos; ela é criada para investigar temas.

Eu não me sinto à vontade de votar em nome de ninguém, porque não sei qual vai ser a medida tomada pelo Relator. Ele pode, em primeiro lugar, resolver ouvir as pessoas pertencentes a alguma instituição; em segundo lugar, os artistas; e, em terceiro lugar, as empresas. Eu não sei qual é a técnica que ele vai montar.



Portanto, Sr. Presidente, eu não me sinto preparada para votar — perdoe-me —, embora esta talvez seja a minha décima CPI, como eu disse. Não adianta aprovarmos 1 milhão de requerimentos sem nenhuma técnica de organização de um relatório.

O Deputado Sóstenes fez um requerimento, mas este requerimento não é dele, é da CPI. É a CPI que tem que receber do Ministério Público, dos órgãos legais e de quem for o caso a relação dos nomes dos artistas, seja ele José de Abreu ou o João das Couves. Não me interessa quem seja, aliás, isso nunca me interessou. Não sou do PT, não voto com o PT, mas também não acho justo fazermos isso com determinado artista. Por que não fizemos com outro? Tem que haver uma metodologia.

Sr. Presidente, sinceramente, eu não me sinto à vontade. V.Exa. me conhece e sabe que uma coisa que não gosto é de me abster, mas eu não tenho condição de votar uma matéria que não conheço. Eu não sei nem mesmo qual vai ser o procedimento que a CPI vai adotar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Se V.Exa. tivesse chegado mais cedo, teria observado...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu estava votando numa outra Comissão, Sr. Presidente, como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ...que eu não li o dispositivo previsto no art. 41, que trata da destinação da relatoria pelo Presidente. O Deputado está em viagem. Ele está com problema e vai chegar um pouco atrasado. Por isso eu ainda não li a designação do Relator.

Se, apesar das dez CPIs de que participou, V.Exa. está me dizendo que é o Relator que define os trabalhos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, o Relator define junto com os membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ...eu acho que V.Exa. trabalhou errado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então devo ter trabalhado errado com o Deputado Moroni, com o Deputado Julio Lopes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem define os trabalhos são os Parlamentares, através de requerimentos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, a CPI que fez sucesso nesta Casa foi a CPI do Narcotráfico. Foram 2 anos de CPI.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, foi 1 ano de trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O plano de trabalho faz uma delimitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Relator apresenta uma sistematização e um plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É isso que o Relator vai fazer.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Ele dá o encadeamento lógico às investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputados, hoje nós tínhamos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pela ordem, Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu fui da CPI do Narcotráfico. Se V.Exa. falar que uma CPI que prendeu mais de 150 pessoas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós tínhamos que fazer exatamente isso, para abrir a CPI. O pontapé inicial desta CPI será, quer queiram quer não, a Operação Boca Livre. Esse é o único fato inicial que nós temos. Mas, enquanto o Relator não estiver presente, eu não posso fazer a sua designação.

A eleição dos Vice-Presidentes também está momentaneamente suspensa por falta de quórum. Estamos vendo que há Parlamentares aqui. Podemos até fazer essa eleição.

Gostaria de deixar claro que qualquer um de nós poderia ter algum tipo de empecilho e não comparecer. O Deputado está em viagem e disse que chegaria atrasado. Por isso não houve designação de Relator. Mas está prevista a



apresentação de um plano de trabalho, uma sistematização. Na próxima sessão, essa será a primeira coisa que ele vai fazer.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, para contribuir com este debate, gostaria de uma informação, que foi levantada pelo Deputado Sóstenes.

Segundo dados do sistema relacionado à Lei Rouanet, nós temos 1.543 inadimplentes. Como há um filiado ao PT, o requerimento dele é que está em votação, mas eu quero saber como nós vamos tratar na CPI os outros 1.543 inadimplentes.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado João Rodrigues.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu quero falar pela ordem em seguida.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra também.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, com a colaboração dos nobres colegas, eu gostaria de poder contribuir com esta CPI. Eu acho que ainda não é o momento do debate.

Por um lado, o que nós estamos discutindo neste momento é a proposta do Deputado Sóstenes, que propõe a convocação do ator para que participe de uma reunião conosco, até porque José de Abreu é conhecedor profundo da Lei Rouanet. Então, ele vai poder falar de seus mecanismos, como funciona, o que pode ser melhorado, o que está errado. Não há, portanto, por que não querer a presença dele aqui.

Por outro lado, conforme a nobre colega falou, por que vamos convocar um e não outro? Teríamos que chamar todos e, nesse caso, nós vamos ficar 10 anos discutindo um assunto que não chega ao seu fim.

É importante apurar se há desvios, se há malversação do dinheiro público, mas, ao mesmo tempo, também é importante ouvir os artistas para que eles sugiram como é que nós podemos contribuir para melhorar a referida Lei Rouanet.

Eu tenho convicção, até porque o ator José de Abreu já se manifestou que está muito disposto a vir colaborar com a CPI. Não tem nenhum óbice da parte dele



em contribuir com esta Comissão. Mas, se ele não quiser colaborar, cara colega, quem deve não teme. O caboclo que não quiser vir aqui é porque tem rabo preso. Se não quiser vir tem rabo preso! Se não tem, ele vem por conta.

Então, de qualquer forma, eu acho que ele contribui com suas informações, com o conhecimento que tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todos contribuem.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas, neste momento, estamos discutindo um nome e é nesse nome que nós vamos votar. Depois, se vier mais um, nós vamos nele também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado João, é preciso haver convocação.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Quando surgirem novas convocações, vamos aprovar todas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São 1.543 pessoas.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Da minha parte, eu concordo plenamente com essa convocação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, por que é convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Aguiar, que ainda não falou, e depois ao Deputado Vicente Candido.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR - Sr. Presidente, primeiramente, o Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou os requerimentos. Nós temos que votá-los.

São inúmeros os inadimplentes, passam de 1 mil. Mesmo inadimplentes, algumas pessoas continuaram recebendo. Então, nós temos que ouvir todo mundo. Temos que ouvir artistas, autores de livros, cantores, inclusive aqueles que receberam dinheiro de forma indevida. Não importa a categoria deles, temos que aprovar todos os requerimentos, para ouvi-los, nem que precisemos prorrogar esta CPI e julgar criminalmente aqueles que receberam dinheiro de forma indevida.

Esta é a minha posição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado. Concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, isso está acontecendo por absoluta falta de compreensão do Deputado Sóstenes. Ele pediu a colaboração de todos no começo dos trabalhos, e nós procuramos lhe dar, mas, como ele não quer dar a sua contribuição, estamos retardando os trabalhos. Ele está interpretando a situação conforme a conveniência dele.

Nenhum Deputado do PT é contra convocar esta ou aquela pessoa, mas somos contra a seletividade. Se acabamos de ter a informação de que há 1.543 inadimplentes, por que só um ator é convocado?

Eu acho que V.Exa. quis conturbar as nossas falas aqui, Deputado. Não conturbe as nossas posições. Desde o começo, nós dissemos claramente que a CPI tem que fazer o papel dela, que tem que honrar o Poder Legislativo. Quem desviou recursos tem que responder por isso e ser incriminado.

Mas nós estamos incorrendo em mais um erro: se não bastasse a criminalização da política, nós estamos contribuindo para a criminalização da cultura, dos artistas, das empresas fomentadoras da cultura.

O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR - Só de quem roubou.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Quem roubou vai vir aqui para se explicar. Para isso temos a CPI, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Essa é mais uma contribuição do Deputado Sóstenes, para criminalizar a cultura e colocar todo mundo no mesmo balaio. Isso não contribui, Deputado. V.Exa. devia rever essa posição sectária.

Nós queremos contribuir, queremos fazer alguma coisa. Vamos convocar todo mundo. O Relator tem que apresentar um plano de trabalho, Deputado, diante de tantos requerimentos. É isso que o Relator tem que fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Vamos votar isso logo, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É isso que a Deputada Laura está sugerindo. Para que conturbar os trabalhos?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já estamos votando.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Por que não contribuímos com a CPI? Nós não estamos obstruindo os trabalhos, mas não podemos ser sectários desse jeito. Se V.Exa. contribuir, nós fazer trabalhar para o bom andamento da CPI. Só depende de V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente Fraga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

Eu vou reduzir o tempo dos Deputados para 3 minutos, porque senão nós não vamos conseguir avançar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Inscreva-me também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu quero lembrar que nós estamos em processo de votação.

A palavra está com o Deputado Solla e, depois, com a Deputada Erika e com o Deputado Pastor Eurico.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu lhe pedi 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - É importante deixar bem claro que está se rompendo qualquer condição de funcionamento desta CPI, a partir dessa posição persecutória, incriminatória. Isso é um absurdo!

V.Exas. estão politizando, estão partidarizando, sim! Querem fazer a execração pública de um artista apenas porque ele sempre defendeu o Partido dos Trabalhadores. É isso que V.Exas. querem. V.Exas. não querem apurar nada; V.Exas. não querem aperfeiçoar nada; V.Exas. querem criminalizar e execrar publicamente uma pessoa, porque ela defende o PT. Com essa decisão, V.Exas. estão jogando esta CPI no ralo, no lixo.



Eu, por exemplo, não vou permitir nenhum acordo, nenhum andamento adequado dos trabalhos, se o interesse da CPI for execrar publicamente uma pessoa só porque ela tem uma definição partidária com a qual V.Exas. não concordam.

Que país V.Exas. querem? V.Exas. querem levar isso até onde? Que país é este onde matam centenas de candidatos, como ocorreu nessas eleições, como nunca aconteceu? Que país é este onde invadem sedes partidárias, como está acontecendo? Que país é este onde se criminaliza a política e afasta os eleitores do voto? Agora querem criminalizar os artistas neste País. V.Exas. querem ir até onde? Quando é que V.Exas. vão ter o mínimo de responsabilidade? V.Exas. queriam tirar a Dilma e conseguiram. Agora querem mais o quê? Querem destruir a política? Querem acabar com as instituições? É isso que eu quero saber.

A economia do País está do jeito que está. O processo eleitoral, político e partidário já está desmoralizado. Esta Casa nunca foi tão desmoralizada pela forma como conduz os trabalhos. Agora querem usar de um expediente, como a CPI, para criminalizar um artista, por sua mera escolha partidária.

Até onde V.Exas. vão? É só isso que eu tenho que perguntar, porque me parece que o clima que se está criando é como o da década de 60, quando eu era muito jovem. Não participei desse processo, mas tudo o que lemos sobre a década de 60 parece que nós estamos vivendo de novo. Hoje não precisamos do Exército e da Aeronáutica, porque usam a Polícia Federal. Os meios de comunicação são dominados pelas mesmas famílias. O clima que se criou na década de 60 era o mesmo, só que na época eram contra o Partidão, o Partido Comunista Brasileiro; agora, é contra o PT. Quem à época era ligado ao Partido Comunista estava cometendo crime.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não exagera.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Era crime; ser ligado ao Partido Comunista na época era crime.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei que era, mas agora não é mais.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Hoje, ser ligado ao PT é crime. V.Exas. querem impedir que qualquer pessoa pública tenha coragem de se manifestar, e ela



fica com medo de ser criminalizada injustamente, como V.Exas. estão fazendo com esse artista. Nós temos que acabar com essa conduta.

Insisto, V.Exas. vão jogar esta CPI na lata do lixo.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Não creio que todos os convocados sejam petistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Senhoras e Senhores, eu lamento informar que começou a Ordem do Dia.

Está interrompida a nossa sessão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. vai interrompê-la ou vai encerrá-la, para recomeçarmos depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou aproveitar para ler a designação prevista.

Nos termos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, designo para a relatoria desta CPI o Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos.